

PAÍS
POSSÍVEL

E a responsabilidade de quem dirige o INEM?



POR

**Maria de Lurdes
Rodrigues**

Professora universitária

Duas greves simultâneas no dia 4 de novembro paralisaram os serviços do INEM. Milhares de chamadas telefónicas de socorro ficaram por atender e várias pessoas perderam a vida, eventualmente por falta desse atendimento. Muitos se perguntam de quem é a responsabilidade de uma falha tão grave num serviço público que não pode falhar. É um caso que suscita indignação e sobre o qual vale a pena refletir.

Em primeiro lugar, lembrando que o serviço público do INEM não é um como muitos outros, porque dele depende a vida ou a morte dos cidadãos. Existe como serviço público por sabermos que o tempo de resposta numa emergência médica é decisivo para salvar vidas. Manter o funcionamento do INEM dependente de escalas de horas extraordinárias é um princípio de organização errado. Imagino que, sendo baixos os salários, esta situação tenha sido, em cer-

ta medida, também do interesse dos próprios profissionais. Mas os limites devem ter sido largamente ultrapassados e a fragilidade deste modo de funcionamento ficou demonstrada.

Em segundo lugar, a definição de serviços mínimos revela um elevado nível de incompetência da direção do INEM e de irresponsabilidade de dirigentes sindicais. O problema não foi a greve, como muitos agora pretendem. O problema foi o desleixo com a definição dos serviços mínimos no INEM. Nenhum dirigente de um serviço público pode desculpar-se dizendo que foi surpreendido com a adesão a uma greve. Existem mecanismos na legislação que permitem prevenir os efeitos indesejados das greves. Cabe aos dirigentes dos organismos públicos, como cabe aos sindicatos, o respeito pelas regras que estão instituídas. O caso do INEM é extremo, mas não é único na forma irresponsável como a de-

finição de serviços mínimos é encarada por alguns dirigentes de serviços públicos, negligenciando a gestão do necessário equilíbrio entre os interesses dos trabalhadores e os interesses dos cidadãos.

Finalmente, a “fuga para a frente”, o “passa-culpas”, a generalizada incapacidade para avaliar os problemas e assumir responsabilidades. Se quisermos ir por este caminho podemos enterrar o assunto, fazendo de conta que nada de grave se passou, argumentando que situações como esta já aconteceram muitas vezes. Também podemos passar as culpas para o anterior Governo, para o anterior presidente do INEM, para as regras de recrutamento e contratação da administração pública, chegando até às pessoas que morreram porque necessitaram de socorro na hora errada. Podemos tudo, mas continuaremos enredados na incapacidade de resolver os problemas.